



DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO DE TIMOR-LESTE
TAUR MATAN RUAK

Por ocasião da Apresentação da Proposta de
Lei do Orçamento Geral do Estado para 2020

Parlamento Nacional, 15 de Janeiro de 2020

Sua Excelência,
Senhor Presidente do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,
Senhores Vice-Presidentes e Secretários da Mesa do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados ao Parlamento Nacional;

Suas Excelências,
Senhoras e Senhores Membros do VIII Governo Constitucional;

Distintas e Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Tenho a honra de, em nome do VIII Governo Constitucional, apresentar perante o Parlamento Nacional, câmara magna da representação democrática do nosso Povo, a proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado e o Orçamento da Segurança Social para o corrente ano de 2020.

Gostaria, nesta oportunidade, de reconhecer e agradecer os esforços que foram empreendidos por todos os dirigentes e funcionários da administração pública, bem como por Suas Excelências os Senhores Membros do Governo e pelos Ilustres Deputados ao Parlamento Nacional, no sentido de preparar e viabilizar a discussão da proposta de lei que hoje se inicia e cuja aprovação é absolutamente determinante para o bom funcionamento da nossa Administração Pública e para o crescimento da nossa economia nacional.

Como responsáveis políticos nacionais conhecemos bem e não podemos ignorar as nefastas consequências que um prolongado período de execução orçamental em regime duodecimal teve sobre a nossa economia e que desejavelmente não se deverá voltar a repetir.

Foi consciente da imperiosa necessidade de dotar o Estado de um Orçamento apto a responder às demandas da nossa sociedade e da nossa economia, e no pleno respeito pelas competências constitucionais do Parlamento Nacional, que o Governo retirou a proposta de lei orçamental que apresentou em outubro último, substituindo-a pela que hoje é submetida a debate.

A decisão de retirar a anterior proposta de lei orçamental para 2020 e de a reformular em conformidade com as recomendações aprovadas pelas várias comissões parlamentares não foi tomada de ânimo leve e sopesou na mesma a preocupação de garantir a preservação da estabilidade política e a aprovação de um Orçamento Geral do Estado para 2020, compromissos que em 2018 foram assumidos pela maioria dos Deputados eleitos para esta legislatura e pelos membros do VIII Governo Constitucional nas eleições realizadas em 2018.

Foi pelo dever de respeito pelos compromissos assumidos perante o nosso Povo que o Governo retirou a sua proposta de lei orçamental e que apresentou uma nova proposta legislativa, apta a acautelar as preocupações do Parlamento Nacional e a responder positivamente às suas recomendações.

Num contexto internacional cada vez mais instável e incerto, a preocupação com a estabilidade política e a criação de condições nacionais para um ambiente favorável ao crescimento económico e ao bem-estar social assumem ainda maior importância.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Apesar das críticas e reparos que foram feitos ao Governo por muitos dos Senhores Deputados, e que considero legítimas no quadro de um debate político franco e democrático, não posso deixar de manifestar a minha satisfação e orgulho por muitos dos resultados alcançados pelo Governo durante o ano fiscal recentemente findo.

Com efeito, e apesar das limitações decorrentes do fato de o VIII Governo Constitucional ainda não ter sido completamente nomeado e empossado pelo Senhor Presidente da República, situação política sem paralelo em anterior momento da nossa história, e que causa graves constrangimentos à ação governativa, são visíveis os sinais de recuperação e de aceleração do crescimento económico, nomeadamente através da constatação do crescimento do PIB real não petrolífero estimado em cerca de 4% (quatro por cento) em 2019 e de cerca de 6% (seis por cento) para o corrente ano de 2020.

Estes resultados não são de somenos importância se tivermos presente que em 2017 e em 2018 o PIB real não petrolífero foi, respetivamente, de -3,8% (menos três vírgula oito por cento) e de -0,8% (menos zero vírgula oito por cento).

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real não petrolífero em 2019 foi, assim, o maior que se registou desde o ano 2014 quando atingiu 4,5% (quatro vírgula cinco), ou seja, foi o maior dos últimos quase cinco anos.

Para o crescimento registado, em muito contribuiu o aumento do consumo público e do consumo privado, estimando-se que, em 2019, o primeiro represente cerca de Us\$ 971 milhões (novecentos e setenta e um milhões) de dólares e o segundo represente cerca de Us\$ 1.054 milhões (mil e cinquenta e quatro milhões) de dólares.

Comparativamente a anos anteriores, constata-se que os valores dos consumos público e privado, estimados para o fim do ano de 2019, foram os maiores registados desde 2016 e representam, relativamente ao ano de 2018, um crescimento de cerca de Us\$ 124 milhões (cento e vinte e quatro milhões) de dólares.

Também o investimento contribuiu de forma positiva para o crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) real, estimando-se que em 2019 o mesmo represente cerca de Us\$ 544 milhões (quinhentos e quarenta e quatro milhões) de dólares, dos quais Us\$ 147 milhões (cento e quarenta e sete milhões) de dólares se referem a investimento privado e Us\$ 397 milhões (trezentos e noventa e sete milhões) de dólares se referem a investimento público.

O montante total do investimento que se estima que tenha tido lugar durante o passado ano de 2019 encontra-se em valores similares aos que foram registados em 2017, estando longe dos Us\$ 653 milhões (seiscentos e cinquenta e três milhões) de dólares investidos durante o ano 2016. Contudo, e este detalhe não é irrelevante, o investimento público realizado em 2016 ascendeu a Us\$ 527 milhões (quinhentos e vinte e sete milhões) de dólares, representando cerca de 80,7% (oitenta vírgula sete por cento) do valor total do investimento, e o investimento privado fixou-se em Us\$ 126 milhões (cento e vinte e seis milhões) de dólares, representando não mais do que cerca de 19,3% (dezanove vírgula três por cento) do valor total do investimento.

Ora, durante o último ano, o investimento privado cresceu relativamente a 2016 cerca de Us\$ 21 milhões (vinte e um milhões) de dólares, passando a representar cerca de 27% (vinte e sete por cento) do valor total do investimento realizado na nossa economia. Sublinha-se, aliás, que, se relativamente a 2016 o crescimento do investimento privado representou cerca de Us\$ 20 milhões (vinte milhões) de dólares, relativamente a 2018 o

crescimento do investimento privado estimado situou-se em aproximadamente Us\$ 77 milhões (setenta e sete milhões) de dólares.

Para além de contribuir positivamente para o crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) real, a evolução positiva registada ao nível do consumo privado e do investimento privado reflete a confiança que as famílias e as empresas têm na nossa economia e na continuação do crescimento da mesma.

Apesar dos sinais e resultados positivos a que tive oportunidade de me referir, o Governo tem consciência da necessidade de adotar medidas que impulsionem o nosso setor exportador, garantindo uma cada vez maior preponderância deste no crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) real.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Apesar dos resultados positivos que foram alcançados no domínio do investimento privado, o Governo tem consciência de que o Estado continua a ser o principal impulsionador do crescimento e do desenvolvimento económicos, incumbindo-lhe assegurar o acesso à justiça, à inclusão social, à paz e à tolerância, à proteção aos grupos sociais mais vulneráveis, à igualdade de oportunidades e à igualdade de género.

É por estar absolutamente determinado em honrar as obrigações políticas e constitucionais que incumbem ao Estado, que o Governo pretende dar continuidade à execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento PED 2011-2030 e ao Roteiro 2030 para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mobilizando, para esse efeito, os setores mais dinâmicos da nossa sociedade, bem como para o cumprimento das metas a que o Governo se propôs no seu Programa para a corrente legislatura, no sentido de se alcançar o desenvolvimento e o bem-estar das populações.

O Governo tem a consciência de que a implementação das estratégias previstas nestes documentos e a concretização dos objetivos que nos mesmos se preconizam depende, em grande medida, da vontade política dos órgãos de soberania. No entanto, tem a convicção de que o sucesso dessa implementação dependerá também da mobilização dos nossos cidadãos, das nossas comunidades locais e do nosso tecido empresarial.

A construção de um país cada vez mais próspero, justo e perfeito depende da nossa capacidade de nos envolvermos profundamente no processo de desenvolvimento nacional que está em curso, mas também da capacidade que tivermos de envolver todos e cada um dos nossos concidadãos nesse processo, de forma a garantir que nenhum Timorense fica para trás no acesso aos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento da nossa amada Pátria, mas também que nenhum é excluído da responsabilidade de ajudar a construir o presente e o futuro da nossa República.

Só com o esforço de todos e só com a partilha de resultados por todos, poderemos aspirar à construção de um país mais rico, próspero, coeso e fraterno, apto a valorizar o potencial mais importante de que dispõe e que são os seus cidadãos.

Torna-se, assim, premente que continuemos a apostar na valorização do potencial humano do nosso Povo, reforçando os seus níveis de literacia e aumentando as suas competências profissionais, melhorando, dessa forma, a sua oportunidade de conquistar empregos dignos.

É, também, imperativo impulsionar os setores privado e cooperativo, especialmente as suas capacidades de investimento e de criação de riqueza, nomeadamente através de um mais fácil acesso ao crédito, tornando a sua dinâmica progressivamente menos dependente da despesa pública e aumentando a sua capacidade de criação de mais e de melhores empregos, nomeadamente para as gerações mais jovens de timorenses que, apesar de mais qualificadas e competentes, se debatem com o ainda muito grave flagelo do desemprego.

É necessário agir para reforçar a coesão do nosso território, esbatendo as assimetrias existentes entre o meio rural e o meio urbano e entre a cidade de Díli e os demais municípios do nosso País, garantindo o acesso de todos os cidadãos aos benefícios do crescimento e desenvolvimento económicos, independentemente do local em que residam com as suas famílias e criando condições para que os mesmos, através do seu trabalho ou dos seus negócios possam contribuir para o crescimento da riqueza nacional.

É urgente reforçar os meios de apoio e de proteção social aos grupos socialmente mais vulneráveis, de forma a garantir e a promover a dignidade de todos os timorenses que, por um qualquer infortúnio de limitação física, cognitiva ou pela avançada idade que têm, não podem prover ao seu sustento em condições minimamente satisfatórias.

O Governo tem a profunda convicção de que o nosso Povo exige uma intervenção determinada da sua parte que, sustentada num orçamento realista, permita empreender ações capazes de corresponder àqueles objetivos inadiáveis e que, de igual forma, responda aos problemas que vão sendo sentidos pelos cidadãos comuns, em matéria de acesso à água e saneamento, a melhores vias de comunicação, a melhores estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde e a melhores estabelecimentos escolares e pré-escolares, bem como em matéria de acesso a maiores e melhores oportunidades de emprego ou de negócio.

Neste sentido, e visando a conciliação da necessidade de dar resposta às necessidades mais prementes do nosso Povo com a necessidade de acautelar o respeito pelas recomendações formuladas pelas várias comissões parlamentares relativamente à proposta orçamental para 2020, o Governo apresentou, para discussão e aprovação do Parlamento Nacional, uma proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020 com uma despesa estimada na ordem de Us\$ 1.668 milhões (mil, seiscentos e sessenta e oito milhões) de dólares e uma receita estimada na ordem dos Us\$ 1.765 milhões (mil, setecentos e sessenta e cinco milhões) de dólares.

No que se refere ao orçamento da despesa, o Governo propõe ao Parlamento Nacional que dos Us\$ 1.668 milhões (mil, seiscentos e sessenta e oito milhões) de dólares: Us\$ 235,6 milhões (duzentos e trinta e cinco milhões, e seiscentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Salários e Vencimentos”; Us\$ 582,3 milhões (quinhentos e oitenta e dois milhões, e trezentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Bens e Serviços”; Us\$ 329,7 milhões (trezentos e vinte e nove milhões, e setecentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Transferências Públicas”; Us\$ 31,5 milhões (trinta e um milhões e quinhentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Capital Menor”; e Us\$ 488,8 milhões (quatrocentos e oitenta e oito milhões, e oitocentos mil) dólares sejam alocados na categoria de “Capital de Desenvolvimento”.

No que concerne ao orçamento da receita, o Governo pretende obter a autorização do Parlamento Nacional para transferir o montante de Us\$ 996,5 Milhões (novecentos e noventa e seis milhões, e quinhentos mil) dólares do Fundo Petrolífero para a conta do orçamento de Estado, dos quais Us\$ 536,8 milhões (quinhentos e trinta e seis milhões, e oitocentos mil) dólares não ultrapassam o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para aquele fundo e Us\$ 459,7 milhões (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, e setecentos mil) dólares serão transferidos já acima do Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

Gostaria, no entanto, de ressaltar que o montante da transferência do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é inferior ao montante da despesa categorizada como “Capital de Desenvolvimento”,

relacionada, esta, com investimentos duradouros, aptos a responder às necessidades de infraestruturação do país, não apenas para a atual geração de timorenses, mas também para as gerações futuras, assim como às necessidades de dinamização e diversificação económica do país a médio e longo prazo.

Ainda no que tange ao orçamento da receita, o Governo estima arrecadar Us\$ 433,9 Milhões (quatrocentos e trinta e três milhões, e novecentos mil) dólares em receitas não petrolíferas; Us\$ 7,5 milhões (sete milhões e quinhentos mil) dólares em doações; e Us\$ 73 milhões (setenta e três milhões) de dólares em resultado da contratação de empréstimos.

Finalmente, e tendo presente o grau de execução do último Orçamento Geral do Estado, que atingiu os 88,2% (oitenta e oito vírgula dois por cento), o Governo prevê que se transfira para o novo orçamento o saldo de Us\$ 254,3 Milhões (duzentos e cinquenta e quatro milhões, e trezentos mil) dólares.

A proposta orçamental que constitui objeto do debate que hoje se inicia teve por base o documento apresentado perante o Parlamento Nacional no dia 15 de outubro de 2019, ajustado de acordo com as recomendações que genericamente foram sendo formuladas pelas várias comissões parlamentares sobre o mesmo, ao longo dos meses de outubro e de novembro últimos.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhoras Deputados,

Como já em anterior ocasião tive oportunidade de o referir perante esta Câmara, Governar constitui um exercício em si mesmo complexo e exigente, que obriga os responsáveis públicos a tomarem decisões, nomeadamente decisões relacionadas com o uso de dinheiros públicos, que não podendo agradar a todos devem procurar servir o interesse público ou o interesse geral da nossa Comunidade Nacional.

Foi fiel a este entendimento, e na prossecução das metas e objetivos que traçou no seu Programa para a corrente legislatura, que o Governo estabeleceu para o corrente ano fiscal um conjunto de cinco prioridades ou eixos estratégicos de ação, norteadores da decisão de alocação de recursos para a realização de investimentos públicos, nomeadamente: (1) capital social – bem-estar social, proteção social e cidadania; (2) desenvolvimento económico – investimento da economia e finanças públicas do país; (3) melhoria da conectividade nacional; (4) consolidação e reforço da defesa, segurança e relações externas; (5) consolidação e reforço da justiça, democracia e direitos humanos.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de capital social – bem-estar social, proteção social e cidadania, tenho a honra de destacar a alocação de:

- Us\$ 4,9 milhões (quatro milhões e novecentos mil) dólares destinados a adquirir medicamentos para melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país;
- Us\$ 91,4 milhões (noventa e um milhões e quatrocentos mil) dólares destinados ao pagamento de pensões e à construção de habitações para veteranos;
- Us\$ 41,3 milhões (quarenta e um milhões e trezentos mil) dólares destinados a custear as responsabilidades do Estado em relação ao regime contributivo e não contributivo;

- Us\$ 15,2 milhões (quinze milhões e duzentos mil) dólares destinados à provisão de pensões para funcionários públicos efetivos sob o regime contributivo;
- Us\$ 4,3 milhões (quatro milhões e trezentos mil) dólares destinados a prestar apoio a diversos eventos desportivos e atividades para jovens ao longo do ano;
- Us\$ 800,000 (oitocentos mil) dólares destinados à atribuição de subsídios a escolas privadas e a escolas C.A.F.E.;
- Us\$ 500,000 (quinhentos mil) dólares destinados a programas de emprego;
- Us\$ 3,2 milhões (três milhões e duzentos mil) dólares destinados à compra de secretárias, cadeiras e computadores para escolas;
- Us\$ 1,7 milhões (um milhão e setecentos mil) dólares destinados a compra de ambulâncias, de veículos polivalentes e veículos operacionais para ações de monitorização e avaliação;
- Us\$ 61 milhões (sessenta e um milhões) de dólares destinados à construção de postos de saúde e clínicas.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de desenvolvimento económico – investimento da economia e finanças públicas do país, permito-me destacar a alocação de:

- Us\$ 166,4 milhões (cento e sessenta e seis milhões, e quatrocentos mil) dólares destinados a pagar combustível e a manutenção dos geradores elétricos em Hera e Betano, incluindo a manutenção das torres de transmissão elétrica e das subestações em sete localizações essenciais;
- Us\$ 2,1 milhões (dois milhões e cem mil) dólares destinados à participação de Timor-Leste na Expo do Dubai;
- Us\$ 1 milhão (um milhão) de dólares destinados ao Evento Internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e à décima segunda edição dos Jogos Desportivos da CPLP a realizar em 2020 em Timor-Leste;
- Us\$ 63,8 milhões (sessenta e três milhões, e oitocentos mil) dólares destinados a investir no desenvolvimento da Timor Gap;
- Us\$ 22,6 milhões (vinte e dois milhões, e seiscentos mil) dólares destinados a apoiar a Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), a Timor Gap e o Instituto de Petróleo e Geologia (IPG), de modo a assegurar que Timor-Leste beneficia ao máximo dos seus recursos naturais;
- Us\$ 4,0 milhões (quatro milhões) de dólares destinados a recapitalizar o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e a pagar taxas de serviço do mesmo;
- Us\$ 1 milhão (um milhão) de dólares destinados à recapitalização do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste;

- Us\$ 1 milhão (um milhão) de dólares destinados a subsidiar grupos de cooperativas;
- Us\$ 250,000 (duzentos e cinquenta mil) dólares destinados a providenciar capital a mulheres rurais com vista a promover o empresariado feminino;
- Us\$ 4,0 milhões (quatro milhões) de dólares destinados à compra de equipamento informático para um centro de back-up de dados, de equipamentos de raio-X e detetores de metais;
- Us\$ 3,4 milhões (três milhões e quatrocentos mil) dólares destinados à compra de veículos pesados;
- Us\$ 238,3 milhões (duzentos e trinta e oito milhões, e trezentos mil) dólares destinados ao Fundo das Infraestruturas, nomeadamente, à construção de um centro de formação de excelência.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de melhoria da conectividade nacional, tenho a honra de destacar a alocação de:

- Us\$ 31,1 milhões (trinta e um milhões e cem mil) dólares destinados ao fundo de contrapartidas, incluindo as despesas com a compra de navios para patrulhar as fronteiras marítimas e a compra do ferry Nakroma II;
- Us\$ 3,0 milhões (três milhões) de dólares destinados a novas provisões para a aviação civil.

De entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de consolidação e reforço da defesa, segurança e relações externas, permito-me destacar a alocação de:

- Us\$ 2,8 milhões (dois milhões e oitocentos mil) dólares destinados ao pagamento de quotas em instituições internacionais;
- Us\$ 1,5 milhões (um milhão e quinhentos mil) dólares destinados ao secretariado do g7+;
- Us\$ 800,000 (oitocentos mil) dólares destinados a apoio financeiro internacional;
- Us\$ 1,8 milhões (um milhão e oitocentos mil) dólares destinados à compra de equipamentos de proteção e de comunicações do Ministério da Defesa;
- Us\$ 800,000 (oitocentos mil) dólares destinados à compra de equipamento de proteção para a Polícia Nacional de Timor-Leste;
- Us\$ 900,000 (novecentos mil) dólares destinados ao recrutamento de 600 (seiscentos) novos membros para as Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL).

Finalmente, de entre as medidas orçamentais que o Governo propõe ao Parlamento Nacional para o corrente ano fiscal, em matéria de consolidação e reforço da justiça, democracia e direitos humanos, tenho a honra de destacar a alocação de:

- Us\$ 6,0 milhões (seis milhões) de dólares destinados a subsidiar os partidos políticos e assim continuar a fortalecer o processo democrático em Timor Leste;
- Us\$ 4,0 milhões (quatro milhões) de dólares destinados à construção das Igrejas de Becora e Aimutin, bem como de templos protestantes, e, ainda, para apoio a Organizações Não Governamentais (ONG);
- Us\$ 1,7 milhões (um milhão e setecentos mil) dólares destinados a subsidiar a Radiotelevisão de Timor-Leste (RTTL) e a Tatoli - Agência Noticiosa de Timor-Leste.

Gostaria, ainda, de aproveitar esta oportunidade para apelar ao apoio do Parlamento Nacional às medidas orçamentais propostas pelo Governo em matéria de aprofundamento do processo de descentralização administrativa e que passam pela alocação de:

- Us\$ 3,0 milhões (três milhões) de dólares destinados ao preenchimento das vagas existentes nos mapas de pessoal das Autoridades Municipais e das Administrações Municipais; e de
- Us\$ 9,4 milhões (nove milhões e quatrocentos mil) dólares destinados ao financiamento de múltiplos projetos promovidos pelas Autoridades Municipais e das Administrações Municipais, designadamente no âmbito do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (PDIM).

O Governo mantém-se fiel ao compromisso político e constitucional de implementar a descentralização administrativa, tendo, para esse efeito, definido um calendário, no qual se prevê que, ainda durante o corrente ano, se inicie um processo de avaliação da existência de condições mínimas para o estabelecimento de autarquias municipais.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

As medidas orçamentais que resumidamente acabei de destacar refletem bem o esforço empreendido pelo Governo no desenvolvimento de uma proposta orçamental para o corrente ano fiscal, capaz de estabelecer o necessário equilíbrio e compromisso entre o cumprimento dos objetivos programáticos a que nos propomos e, simultaneamente, acatele devidamente as preocupações do Parlamento Nacional com as questões da sustentabilidade do fundo petrolífero e da qualidade da despesa pública.

O Governo gostaria, naturalmente, de dispor de maiores recursos financeiros para ter uma maior capacidade de ação na promoção do bem-estar e da qualidade de vida das famílias timorenses, assim como para dinamizar o nosso tecido produtivo nacional. Porém, consciente da importância de dotar o Estado, tão rapidamente quanto seja possível, de um Orçamento que assegure a sua normal atividade financeira, o Governo apresenta uma proposta orçamental mais conservadora, convicto de que, dessa forma, responderá às necessidades mais imediatas dos nossos tecidos económico e social e reunirá as condições necessárias para a sua viabilização parlamentar e promulgação presidencial.

Como habitualmente, o documento que hoje tenho a honra de apresentar perante V. Excelências é um documento passível de melhoria e aperfeiçoamento, os quais só poderão ser alcançados em resultado de um diálogo profícuo entre os Membros do meu Governo e todos os Ilustres Deputados, do Parlamento Nacional, a decorrer ao longo dos próximos dias.

Mantenho a absoluta convicção de que, em conjunto, Governo e Parlamento Nacional serão capazes de debater e de encontrar soluções que ofereçam respostas concretas aos reais problemas dos nossos cidadãos, impulsionem a nossa economia e consolidem a nossa democracia.

Tal como no passado, só pela união e mobilização de todos os Timorenses será possível vencer o desafio do desenvolvimento e legar às gerações vindouras uma Pátria próspera, justa e solidária para todos os Timorenses.

Por um Timor-Leste cada vez mais moderno, desenvolvido e próspero!

Que Deus nos abençoe a todos!

Muito obrigado.